

GOUVEIA, Delmiro

*empresário.

Delmiro Augusto da Cruz Gouveia nasceu na fazenda Boa Vista, em Ipu (CE), no dia 5 de junho de 1863, filho natural do comerciante cearense Delmiro Porfírio de Farias e da pernambucana Leonila da Cruz Gouveia. Era neto de Ismael da Cruz Gouveia, proprietário de terras na Paraíba, e bisneto de José da Cruz Gouveia, participante da Revolução de 1817 e deputado à Assembleia Constituinte de 1823 pela Paraíba.

Seu pai, vendedor de animais de montaria e carga, conheceu Leonila Gouveia numa de suas passagens pela vila de També, na divisa de Pernambuco com a Paraíba. Casado e com cinco filhos, levou-a consigo para Ipu, sendo acusado de rapto e perseguido pela família de sua nova companheira. Ameaçado de prisão, alistou-se como voluntário para lutar na Guerra do Paraguai (1864-1870) e morreu em combate em 1867. Leonila retornou a Pernambuco com os filhos Delmiro e Maria Augusta. Em Recife, trabalhou como empregada doméstica do advogado José Vicente Meira de Vasconcelos, com quem se casou às vésperas de falecer em 1877.

Delmiro aprendeu as primeiras letras e rudimentos de aritmética com a mãe e o padrasto. Não consta que tenha frequentado escola. Aos 15 anos, conseguiu emprego na Brazilian Street Railway Company, concessionária de linha de bondes a tração animal em Recife. Começou como bilheteiro e chegou à estação de Caxangá. Em seguida, trabalhou em armazém do porto da capital e na firma de um comerciante de algodão com amplo relacionamento no interior do estado. Em 1883, casou-se com Anunciada Cândida de Melo Falcão, filha de um tabelião de Pesqueira (PE).

Na mesma época, ingressou no ramo do comércio de peles de bode, carneiro e cabra para exportação, trabalhando por conta própria e também por comissão para comerciantes estrangeiros, entre os quais o sueco Herman Lundgren. Na condição de caixeiro comprador, tornou-se elemento de ligação entre firmas comerciais da capital e centros produtores do interior, conduzindo artigos manufaturados que vendia ou permutava por peles.

Em 1889, foi contratado pela casa comercial Keen Sutterly, da Filadélfia, e viajou pela primeira vez aos EUA. Além de gerente dessa firma, atuou como sócio do comerciante inglês Clement Levy. Em 1893 voltou aos EUA para adquirir as instalações do escritório e os armazéns da Keen Sutterly, que decidira encerrar suas atividades no país.

Delmiro enriqueceu com as transações de algodão e peles, sobrepujando seus principais concorrentes no negócio de exportação de couros para os EUA. Em 1896, fundou a casa Delmiro Gouveia & Cia e passou um mês e meio na Europa em viagem de passeio com a esposa. Na volta, ligou-se à firma norte-americana J. S. Rossbach, dos irmãos Jacob e Leopold Rossbach, abrindo novos entrepostos de compra de “courinhos” em vários estados nordestinos e em Minas Gerais.

Conhecido como o “rei das peles”, tornou-se presidente da Associação Comercial de Pernambuco em 1897 com o apoio do grupo que fazia oposição ao senador Francisco de Assis Rosa e Silva, vice-presidente da República (1898-1902) e chefe da oligarquia dominante no estado. Integrado à elite pernambucana, também ganhou fama de dândi. Promovia grandes festas em seu palacete de Apipucos, frequentava teatros e chegou a ditar a moda masculina dos “colarinhos Delmiro Gouveia”, altos e engomados.

O MERCADO DO DERBY E A FUGA PARA ALAGOAS.

Em 1897, Delmiro projetou a construção de um mercado público em Recife com características inovadoras, manifestamente inspirado no centro comercial da Exposição Universal de Chicago (1893), que visitara na sua segunda viagem aos EUA.

O empreendimento começou a ganhar forma em março de 1897, quando Delmiro adquiriu os terrenos da extinta Sociedade Hípica Derby Club, numa área abandonada fora do centro da cidade. Em fevereiro de 1898, o empresário firmou acordo com o prefeito Coelho Cintra, assegurando para si o direito de construir e explorar o mercado com isenção de impostos municipais por 25 anos. Em seguida, firmou parceria com Napoleão Duarte para levar adiante o empreendimento, constituindo a empresa Gouveia & Cia. Além do mercado, Delmiro também decidiu empregar seus capitais no negócio do açúcar, adquirindo os bens

e instalações da refinaria e destilaria Beltrão, em sociedade com José Maria Carneiro da Cunha.

O mercado do Derby, também conhecido como mercado Coelho Cintra, foi inaugurado parcialmente em maio de 1899 e de forma definitiva em setembro do mesmo ano. Foi um dos primeiros estabelecimentos da cidade a dispor de iluminação elétrica, marcando época, apesar de sua breve existência. Instalado num prédio com 18 portões, o mercado contava com 264 boxes para venda de gêneros alimentícios, tecidos, calçados, louças e até mesmo artigos de luxo. Perto do prédio principal, Delmiro construiu um hotel, um cassino, um velódromo e um parque de diversões. O empreendimento logo foi aclamado como símbolo do progresso e modernização de Recife, despertando a admiração até mesmo de observadores estrangeiros.

O êxito do Derby não impediu a formação de uma tempestade nas relações de Delmiro com as autoridades municipais e estaduais. Os desentendimentos começaram antes da inauguração do mercado, quando o novo prefeito da capital, Esmeraldino Torres Bandeira (empossado em dezembro de 1898), exigiu a drenagem dos terrenos fronteiros ao estabelecimento para evitar alagamentos. Delmiro demorou a cumprir a exigência, argumentando que a responsabilidade da obra era da prefeitura, e chegou a impedir pessoalmente, de revólver em punho, a abertura de um canal na rua principal de acesso ao Derby.

Meses depois, o prefeito proibiu a venda de carne no Derby e determinou a apreensão de um carregamento de farinha, alegando que deveriam ser vendidos no mercado São José, de propriedade municipal. Em junho de 1899, Delmiro viajou ao Rio de Janeiro para entender-se pessoalmente com Rosa e Silva. Após um primeiro encontro com o senador, teria tomado conhecimento de um plano para assassiná-lo. Resolveu interpelar Rosa e Silva, agredindo-o a bengaladas em plena rua do Ouvidor. O episódio intensificou a troca de acusações, pela imprensa, entre Delmiro e seus adversários. Acusado de enriquecimento ilícito e de praticar violências contra concorrentes, o empresário contra-atacou, contestando abertamente o o poder de Rosa e Silva em entrevistas e artigos de jornal.

Na madrugada de 2 de janeiro de 1900, o mercado do Derby sofreu um incêndio criminoso, provavelmente provocado pelos adversários de Delmiro. No mesmo dia, o empresário e seu sócio Napoleão Duarte foram presos no Recife para averiguações, por ordem do governador Segismundo Antônio Gonçalves. Jornais situacionistas, notadamente o *Jornal do Recife*, de propriedade de Segismundo Gonçalves, afirmaram que Delmiro estava à beira da falência e que ele próprio teria ordenado o incêndio para receber um valioso seguro. Advogados e amigos do empresário logo conseguiram sua soltura. Em 5 de janeiro, em carta publicada no jornal *A Província*, Delmiro responsabilizou o governador Segismundo Gonçalves pelo incêndio do Derby, denunciando-o como “político falido de senso moral e de escrúpulo”

Delmiro embarcou para a Europa no final de janeiro de 1900. Em setembro, quando se encontrava na Itália, o Banco da República do Brasil suspendeu seus pagamentos, provocando a falência de diversas empresas em todo o país. Delmiro retornou a Recife para recompor os negócios. Rompeu a sociedade com Napoleão Duarte, entregou o mercado do Derby aos bancos credores e constituiu a firma Iona & Krause, com o italiano Lionello Iona e o inglês John Krause. Em fevereiro de 1901, viajou novamente para a Europa, regressando a Recife somente no ano seguinte.

Em junho de 1902, o Tribunal de Justiça de Pernambuco decretou a falência da empresa Cunha & Gouveia, proprietária da refinaria Beltrão. O mesmo ocorreu três meses depois com a firma Silva, Cordeiro & Cia, que cuidava do comércio de couros. Há serias dúvidas sobre a independência dos juízes nesses processos de falências que, aliás, foram posteriormente anulados.

A situação de Delmiro complicou-se bastante em outubro de 1902, quando foi acusado de raptar a adolescente Carmela Eulina do Amaral Gusmão, filha de Ana do Amaral Gusmão, conhecida pelo apelido de Doninha do Segismundo, em razão de seu envolvimento amoroso com Segismundo Gonçalves. No mês seguinte, o empresário fugiu para Alagoas. Desembarcou incógnito em Maceió e seguiu em direção ao povoado de Pedra, no sertão alagoano, perto de divisa com Pernambuco e Bahia, vantagem bem considerável para o

negócio de couros que pretendia relançar. Pertencente ao município de Água Branca, o povoado de Pedra contava com meia dúzia de casebres e apenas uma construção importante: a estação da Estrada de Ferro Paulo Afonso, que fazia a ligação entre Piranhas (AL) e Jatobá do Tacaratu, atual Petrolândia (PE). Não muito distante dali, estava a cachoeira de Paulo Afonso, no rio São Francisco.

Em março de 1903, Delmiro fixou-se definitivamente numa fazenda em Pedra. Logo mandou buscar Eulina, com quem teve três filhos: Noêmia, Noé e Maria. Em pouco tempo reconstruiria seu império econômico, contando com a proteção dos governadores Joaquim Paulo Vieira Malta (1903-1906) e Euclides Vieira Malta (1906-1909) e do coronel Ulisses Luna, chefe político em Água Branca e um dos principais aliados da oligarquia Malta no estado.

A FÁBRICA DA PEDRA E A USINA DE ANGIQUINHO

Nos primeiros anos em Alagoas, Delmiro enriqueceu novamente com o comércio de peles e couros, retomando as exportações para os Estados Unidos e a Europa, com o apoio financeiro da firma J. H. Rossbach. As vendas para o exterior foram centralizadas em Maceió, ficando a cargo inicialmente da Iona & Krause. Em abril de 1907, essa firma foi substituída pela Iona & Cia, constituída em sociedade com os italianos Lionello Iona e Guido Ferrario.

A transferência para Alagoas não pôs fim aos seus conflitos com o governo pernambucano. Em maio de 1904, Delmiro foi preso na estação de Pedra por um destacamento da polícia de Pernambuco e conduzido a Jatobá. Consta que o coronel Ulisses Luna mobilizou imediatamente uma centena de jagunços para libertar o prisioneiro. Com a interveniência do governador Joaquim Paulo Vieira Malta, o empresário foi solto e recebido com honras de herói em Pedra.

É certo que sua presença em Alagoas contribuiu para o notável aumento das exportações de peles e couros pelo porto de Maceió, em detrimento de Recife. O povoado de Pedra transformou-se num grande entreposto comercial, recebendo a produção de diversos

estados. Delmiro recorreu a vários artifícios para evitar o pagamento de impostos sobre as peles e couros provenientes de Pernambuco. Suas relações com as autoridades pernambucanas permaneceram conflituosas até a derrota da oligarquia rosista nas eleições estaduais de 1911 e a ascensão ao poder do general Emídio Dantas Barreto.

Nessa altura, Delmiro já havia iniciado os estudos para o aproveitamento do potencial hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso e a instalação de uma fábrica de fios e linhas em Pedra. A ideia de promover o aproveitamento energético de Paulo Afonso teria sido discutida preliminarmente com representantes de um grupo de investidores norte-americanos que se deslocaram até Pedra em 1909. Para a concretização do negócio entabulado, Delmiro adquiriu as terras da margem alagoana da cachoeira. O governo de Alagoas apoiou seus planos: em novembro de 1910, concedeu isenção de impostos para o empreendimento fabril e, em agosto do ano seguinte, outorgou à Iona & Cia o direito de exploração da energia de Paulo Afonso.

Delmiro cuidou pessoalmente da compra dos equipamentos da usina e das máquinas da fábrica de fios e linhas, viajando à Europa no final de 1910. Consta que almejava levar a energia de Paulo Afonso até a capital pernambucana, tendo conversado sobre o assunto com o governador Emídio Dantas Barreto. Desconfiado, o general teria recusado sua proposta, declarando: “O negócio que o senhor propõe é tão vantajoso para o estado, que deve envolver alguma velhacaria”.

A construção da usina teve início em 1911 em área próxima ao salto do Angiquinho, no cânion do rio São Francisco, sob a supervisão de técnicos europeus. A casa de força com duas unidades geradoras foi instalada no meio do paredão rochoso do cânion, em local de difícil acesso, representando o maior desafio da obra. Dali a energia seria transmitida até Pedra por uma linha com 24 km de extensão, implantada juntamente com a adutora para abastecimento d’água ao povoado.

Em agosto de 1912, Delmiro e seus sócios constituíram a Cia Agro-Fabril Mercantil, que assumiu todas as responsabilidades da Iona & Cia no empreendimento. Segundo seus estatutos, a companhia visava “explorar nos estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia o

compércio de gadum vacum, cavalari, cabrum e ovino, plantio de algodão, irrigação de terras secas, força elétrica e suas aplicações à indústria fabril”. Paralelamente às obras da usina, o empresário também promoveu a construção de estradas de rodagem, ligando Pedra à cachoeira, aos centros urbanos de Água Grande e Mata Grande e às localidades mais distantes de Quebrângulo (AL) e Garanhuns (PE).

Primeiro aproveitamento hidrelétrico do rio São Francisco, a usina de Angiquinho entrou em operação em janeiro de 1913. Com potência instalada de 1.100 quilowatts (kW), a usina assegurou o fornecimento energia para a iluminação elétrica de Pedra e o funcionamento da fábrica da Cia Agro-Fabril, inaugurada em junho de 1914.

Pioneira na produção de linhas de costura no Brasil, a fábrica de Delmiro enfrentou a concorrência da companhia inglesa Machine Cotton. Entretanto, logo conquistou uma posição importante no mercado nacional, tirando proveito da redução da oferta das linhas estrangeiras, verificada após o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

A fábrica aumentou progressivamente a produção de linhas de coser, fios e cordões de algodão cru, fios encerados e fitas gomadas para embrulhos. Chegou a empregar 800 operários, todos obrigados a cumprir as normas e regulamentos de higiene, segurança, educação e alimentação, estabelecidos por Delmiro. O empresário impôs-se como patrão e líder político local, opondo-se a qualquer interferência dos coronéis da região. À frente de tudo, estava o coronel Delmiro, como passou a ser chamado, responsável pela instalação de escolas, serviço médico, cinema, banda de música, chafarizes, tipografia e estação de telégrafo.

As linhas da marca Estrela, produzidas em Pedra, alcançaram os mercados da Argentina, Chile, Peru e outros países andinos. A Machine Cotton não demorou a reagir. Em 1916, registrou a marca Estrela no Chile e na Argentina, forçando o produto brasileiro a voltar à Pedra para ser embalado e ter seus rótulos trocados. Propôs a compra a fábrica, oferecendo um preço equivalente a três vezes o capital realizado mais os lucros previstos para os dez anos seguintes. Depois de ver recusada essa oferta, tentou obter uma participação mínima na empresa em troca de “parar a guerra” movida contra a marca Estrela.

O núcleo fabril da Pedra e o aproveitamento de Angiquinho foram visitados por comitivas de políticos, jornalistas e intelectuais, ganhando ampla publicidade nos tempos de Delmiro. Lá estiveram, entre outras personalidades, José Rufino Bezerra Cavalcanti, ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, os governadores João Batista Acióli Júnior (Alagoas) e Manuel Borba (Pernambuco), o historiador Manuel de Oliveira Lima e os jornalistas Manuel Bastos Tigre, Plínio Cavalcanti e Assis Chateaubriand.

Em artigo publicado no *Diário de Pernambuco* em setembro de 1917, Assis Chateaubriand apresentou o industrial como um herói civilizador, imagem depois explorada por Mário de Andrade e Graciliano Ramos. No artigo, intitulado “Uma resposta a Canudos”, o jornalista paraibano descreveu a vila de Pedra como a antítese do arraial fundado por Antônio Conselheiro no sertão baiano, com as “máquinas, engenhos de indústria humana que, em vez da morte e destruição, ensinam ao sertanejo e ao jagunço o trabalho fecundo que educa, civiliza e aperfeiçoa”. Plínio Cavalcanti descreveu a vila da Pedra “como uma estranha flor de civilização”. Para Oliveira Lima, a ação de Delmiro permitia projetar um outro tipo de mundo sertanejo: um lugar livre de jagunços, beatos e cangaceiros.

A Cia Agro Fabril chegou a encomendar equipamentos para expansão de sua produção e a construção de uma segunda usina em Paulo Afonso, mas esse plano não foi levado adiante por causa da morte de Delmiro.

Na noite de 10 de outubro de 1917, o empresário foi assassinado a tiros na varanda de sua casa em Pedra. Sua morte causou grande comoção, mas nunca foi esclarecida.

Dois operários e um peão confessaram o crime sob tortura, citando como mandantes os coronéis José Rodrigues de Lima e José Gomes de Lima e Sá. O primeiro era um importante chefe político e proprietário de terras em Piranhas, e o segundo, uma figura de menor expressão em Jatobá. Rodrigues de Lima tivera um desentendimento com Delmiro, relacionado à posse e ao aproveitamento de terras para extração de lenha e produção de tijolos. Teria ordenado o crime em conluio com José Gomes, que perdera o cargo de coletor de impostos em Jatobá por interferência do industrial. O coronel Rodrigues de Lima foi eleito deputado estadual por Alagoas em 1918, livrando-se do processo criminal. Morreu

nove anos depois, vítima de assassinato. José Gomes foi pronunciado como mandante da morte de Delmiro, mas fugiu para Goiás, onde também morreria assassinado. José Inácio Pires, conhecido como “Jacaré”, Róseo Moraes do Nascimento e Antônio Félix do Nascimento foram condenados a 30 anos de prisão. Em 1983, o Tribunal de Justiça de Alagoas reconheceu a inculpabilidade de José Inácio e Róseo, à época já falecidos.

POSTERIDADE

Delmiro Gouveia tornou-se um dos símbolos mais fortes da luta pela industrialização e modernização do Nordeste, sobrevivendo como mito duradouro pelas suas extraordinárias realizações. Protagonista de conturbada trajetória no mundo dos negócios e da política de Pernambuco e Alagoas, também conquistou a reputação de liderança nacionalista, em virtude de sua intensa disputa com a empresa inglesa Machine Cotton. Houve mesmo quem o apresentasse como vítima das oligarquias retrógradas e mártir da causa nacionalista.

A disputa entre a fábrica da Pedra e os ingleses prosseguiu depois de sua morte. Administrada por Lionello Iona, a fábrica sofreu sucessivos prejuízos, em consequência da prática de *dumping* pela concorrente inglesa, passando ao controle dos três filhos herdeiros de Delmiro e, depois, aos irmãos Luís e Vicente Lacerda de Meneses, empresários do setor têxtil em Pernambuco.

Acolhendo representação da Cia Agro-Fábrica, o presidente Artur Bernardes quintuplicou o valor da taxa de importação sobre linhas de coser em 1926, mas a medida protecionista logo foi revogada pelo governo Washington Luís. Em 1929, a Machine Cotton assumiu o controle da fábrica da Pedra, adquirindo a marca registrada das linhas Estrela e os maquinismos específicos para sua fabricação. Em abril do ano seguinte, a fábrica foi desmantelada e suas máquinas atiradas ao fundo do rio São Francisco.

Idealizador da primeira hidrelétrica do rio São Francisco, Delmiro também se tornou uma figura emblemática para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), empresa federal constituída em 1948 com a missão de promover o aproveitamento em grande escala

do potencial hidrelétrico de Paulo Afonso. Em 1952, quando as obras da primeira usina da companhia (Paulo Afonso I) já estavam adiantadas, o antigo distrito de Pedra foi desmembrado de Água Branca, dando origem ao município de Delmiro Gouveia.

O industrial foi tema de várias obras biográficas, romances, poemas, filmes e peças de teatro. Com o incentivo da Chesf e do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, atual Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), o volume de escritos e eventos sobre Pedra e Delmiro aumentou consideravelmente nas décadas de 1960 e 1970.

Entre os livros publicados sobre o empresário, merecem destaque: *Delmiro Gouveia, pioneiro e nacionalista*, de F. Magalhães Martins (1963); *Itinerário de Delmiro Gouveia*, de Olímpio de Meneses (1963); *Quem foi Delmiro Gouveia?*, de Mauro Motta (1967); *Delmiro Gouveia, o pioneiro de Paulo Afonso*, de Tadeu Rocha (1970); *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão*, de Telma de Barros Correia (1998), e *Pioneiros e empreendedores: a saga do desenvolvimento do Brasil*, de Jacques Marcovitch (2007). Também merecem citação a peça *O coronel dos coronéis*, escrita por Maurício Segall (terceiro lugar no concurso de dramaturgia do Serviço Nacional do Teatro em 1977) e o filme *Coronel Delmiro Gouveia*, dirigido por Geraldo Sarno (premiado no Festival de Brasília de 1978).

Paulo Brandi Cachapuz

FONTES: CORREIA, T. *Pedra*; MARCOVITCH, J. *Pioneiros*; MARTINS, F. *Delmiro*; MAYNARD, D. *Senhor*; MENEZES, O. *Itinerário*; MELLO, F. *Delmiro*; QUEIROZ, M. *Coronelismo* (p. 155-190); ROCHA, T. *Delmiro*; SANT'ANA, M. *Bibliografia*.